

## CAPÍTULO 7

### MEDIDAS SANITÁRIAS E FITOSSANITÁRIAS

#### Artigo 7.1: Definições

1. As definições no Anexo A do Acordo MSF (Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias) estão incluídas neste Capítulo e farão parte dele, *mutatis mutandis*.

2. Além disso, para efeito deste Capítulo:

**autoridade competente** significa um órgão governamental de cada Parte responsável por medidas e questões aos quais se refere este Capítulo;

**medidas emergenciais** constituem uma medida sanitária ou fitossanitária aplicada por uma Parte importadora a outra Parte para tratar de problema urgente referente à proteção da vida ou da saúde humana, animal ou vegetal que surge ou ameaça surgir na Parte que aplica a medida;

**verificação de importação** significa inspeção, exame, amostras, revisão da documentação, teste ou procedimento, inclusive testes laboratoriais, organolépticos ou de identidade, conduzidos na fronteira por uma Parte importadora ou seu representante para determinar se um carregamento está em conformidade<sup>1</sup> com os requisitos sanitários e fitossanitários da Parte importadora;

**programa de importação** significa políticas, procedimentos ou requisitos sanitários ou fitossanitários obrigatórios de uma Parte importadora que regem a importação de mercadorias;

**representante principal** significa o órgão governamental de uma Parte responsável pela implementação deste Capítulo e pela coordenação da participação dessa Parte nas atividades do Comitê nos termos do Artigo 7.5 (Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias);

**análise de riscos** significa o processo que consiste de três componentes: avaliação de riscos; gestão de riscos; e comunicação de riscos;

**comunicação de riscos** significa troca de informações e opiniões referentes a fatores de risco e relacionadas a riscos entre consultores, gestores de risco, consumidores e outras partes interessadas; e

**gestão de riscos** significa a ponderação de alternativas de políticas à luz dos resultados da avaliação de riscos e, se necessário, a seleção e implementação de opções adequadas de controle, inclusive medidas regulatórias.

---

<sup>1</sup> Para maior certeza, as Partes reconhecem que as verificações de importação constituem um dos muitos instrumentos disponíveis para avaliar o cumprimento das medidas sanitárias e fitossanitárias da Parte.

## **Artigo 7.2: Objetivos**

Os objetivos deste Capítulo são:

- (a) proteger a vida ou a saúde de seres humanos, animais ou plantas nos territórios das Partes e ao mesmo tempo facilitar e expandir o comércio mediante a utilização de vários modos de tratar e procurar resolver questões sanitárias e fitossanitárias;
- (b) reforçar e valer-se do Acordo MSF;
- (c) fortalecer a comunicação, a consulta e a cooperação entre as Partes e especialmente entre as autoridades competentes e os principais representantes das Partes;
- (d) garantir que as medidas sanitárias e fitossanitárias implementadas por uma Parte não crie obstáculos injustificados ao comércio;
- (e) aumentar a transparência na aplicação de cada medida sanitária e fitossanitária da Parte, assim como o seu entendimento; e
- (f) incentivar o desenvolvimento e a adoção de normas, diretrizes e recomendações internacionais e promover sua implementação pelas Partes.

## **Artigo 7.3: Escopo**

1. Este Capítulo deverá ser aplicado a todas as medidas sanitárias e fitossanitárias de uma Parte que possam, direta ou indiretamente, afetar o comércio entre as Partes.
2. Nada neste Capítulo impede uma Parte de adotar e manter requisitos Halal para alimentos e produtos alimentícios de acordo com a lei islâmica.

## **Artigo 7.4: Disposições gerais**

1. As Partes afirmam seus direitos e obrigações nos termos do Acordo MSF.
2. Nada neste Acordo limitará os direitos e as obrigações de cada Parte conforme previstos no Acordo MSF.

## **Artigo 7.5: Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias**

1. Para efeito da implementação e operação efetivas deste Capítulo, as Partes estabelecem, por meio deste documento, um Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Comitê), composto de representantes governamentais de cada Parte responsáveis por questões sanitárias e fitossanitárias.
2. Os objetivos do Comitê são:
  - (a) melhorar a implementação deste Capítulo pelas Partes;

- (b) levar em consideração questões sanitárias e fitossanitárias de interesse mútuo; e
  - (c) melhorar a comunicação e a cooperação em questões sanitárias e fitossanitárias.
3. O Comitê:
- (a) criará um fórum para melhorar o entendimento das Partes sobre as questões sanitárias e fitossanitárias relacionadas com a implementação do Acordo MSF e deste Capítulo;
  - (b) criará um fórum para melhorar o entendimento mútuo das Partes sobre as medidas sanitárias e fitossanitárias e os processos regulatórios relacionados com essas medidas;
  - (c) trocará informações sobre a implementação deste Capítulo;
  - (d) determinará os meios adequados, o que poderá incluir grupos de trabalho *ad hoc*, para realizar determinadas tarefas relacionadas com as funções do Comitê;
  - (e) poderá identificar e desenvolver projetos de assistência técnica e cooperação entre as Partes sobre medidas sanitárias e fitossanitárias;
  - (f) poderá servir de fórum para uma Parte trocar informações sobre uma questão sanitária ou fitossanitária que tenha surgido entre essa Parte e outra Parte ou outras Partes, desde que as Partes entre as quais tenha surgido a questão tenham antes tentado resolvê-la mediante discussões entre elas; e
  - (g) poderá fazer consultas sobre questões e posições para as reuniões do Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias estabelecidas nos termos do Artigo 12 do Acordo MSF (Comitê MSF da OMC) e reuniões realizadas sob os auspícios da Comissão do Codex Alimentarius, da Organização Mundial de Saúde Animal e da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais.
4. O Comitê estabelecerá seus termos de referência em sua primeira reunião e poderá revisar esses termos, se necessário.
5. O Comitê se reunirá dentro de um ano a partir da data de entrada em vigor deste Acordo e uma vez por ano daí em diante, a menos que as Partes decidam de outra forma.

#### **Artigo 7.6: Autoridades competentes e pontos de contato**

Cada Parte entregará às outras Partes uma descrição por escrito das responsabilidades sanitárias e fitossanitárias das suas autoridades competentes e pontos de contato de cada uma dessas autoridades e identificará seu representante principal dentro de 60 dias da data de entrada em vigor deste Acordo para essa Parte. Cada Parte deverá manter essas informações atualizadas.

### **Artigo 7.7: Adaptação às condições regionais, inclusive áreas livres de pragas ou doenças e áreas de baixa prevalência de pragas ou doenças**

1. As Partes reconhecem que essa adaptação às condições regionais, inclusive regionalização, zoneamento e compartimentação, é uma maneira importante de facilitar o comércio.
2. As Partes levarão em conta a orientação correspondente do Comitê MSF da OMC, além das normas, diretrizes e recomendações internacionais.
3. As Partes poderão cooperar no reconhecimento das áreas livres de pragas ou doenças e áreas de baixa prevalência de pragas ou doenças com o objetivo de obter confiança nos procedimentos seguidos por cada Parte para o reconhecimento de áreas livres de pragas ou doenças e áreas de baixa prevalência de pragas ou doenças.
4. Quando uma Parte importadora receber um pedido para a determinação das condições regionais da Parte exportadora e determine que as informações dadas pela Parte exportadora são suficientes, ela iniciará uma avaliação dentro de um prazo razoável.
5. Quando uma Parte importadora começar a avaliação de um pedido de determinação de condições regionais nos termos do parágrafo 4, essa Parte deverá, mediante solicitação da Parte exportadora, explicar seu processo de determinação das condições regionais.
6. Mediante solicitação da Parte exportadora, a Parte importadora informará à Parte exportadora o status da avaliação do pedido da Parte exportadora para a determinação das condições regionais.
7. Quando uma Parte importadora adotar uma medida que reconheça condições regionais específicas de uma Parte exportadora, a Parte importadora comunicará por escrito essa medida à Parte exportadora e implementará a medida dentro de um prazo razoável.
8. As Partes importadoras e exportadoras envolvidas em uma determinação específica poderão também decidir antecipadamente sobre as medidas de gestão de riscos que aplicarão ao comércio entre elas em caso de mudança de status.
9. As Partes envolvidas em uma determinação que reconheça as condições regionais são incentivadas, se mutuamente acordado, a comunicar o resultado ao Comitê.
10. Se a avaliação de uma evidência fornecida pela Parte exportadora não resultar em uma determinação para reconhecer áreas livres de pragas ou doenças ou áreas de baixa prevalência de pragas e doenças, a Parte importadora deverá informar as razões dessa decisão.
11. Em caso de um incidente que leve a Parte importadora a modificar ou revogar a determinação que reconhece condições regionais, mediante solicitação da Parte exportadora, as Partes envolvidas deverão cooperar para avaliar se a determinação pode ser restabelecida.

## **Artigo 7.8: Equivalência**

1. As Partes reconhecem que a equivalência das medidas sanitárias e fitossanitárias é um meio importante de facilitar o comércio. Além do Artigo 4 do Acordo MSF, as Partes aplicarão equivalência a um grupo de medidas ou a todo um sistema de medidas, dentro do possível e adequado. Na determinação da equivalência de uma determinada medida sanitária ou fitossanitária, de um grupo de medidas ou de todo um sistema de medidas, cada Parte levará em conta a orientação correspondente do Comitê MSF da OMC, além de normas, diretrizes e recomendações internacionais.
2. Mediante solicitação da Parte exportadora, a Parte importadora deverá explicar o objetivo e os fundamentos de sua medida sanitária ou fitossanitária e identificar claramente o risco da medida sanitária ou fitossanitária que pretende atenuar.
3. Quando uma Parte importadora receber um pedido para avaliação de uma equivalência e determinar que as informações dadas pela Parte exportadora são suficientes, ela iniciará uma avaliação da equivalência dentro de um prazo razoável.
4. Quando uma Parte importadora começar uma avaliação de equivalência, essa Parte explicará prontamente, mediante solicitação da Parte exportadora, seu processo de equivalência e o plano para realizar a determinação da equivalência e, caso a determinação resulte em reconhecimento, para permitir o comércio.
5. Ao determinar a equivalência da medida sanitária ou fitossanitária, uma Parte importadora levará em conta o conhecimento, as informações e a experiência pertinente disponíveis, bem como a competência regulatória da Parte exportadora.
6. A Parte importadora reconhecerá a equivalência de uma medida sanitária ou fitossanitária se a Parte exportadora demonstrar objetivamente à Parte importadora que a medida da Parte exportadora:
  - (a) atinge o mesmo nível de proteção que a medida da Parte importadora;
  - (b) tem o mesmo efeito de atingir o objetivo que a medida da Parte importadora.<sup>2</sup>
7. Quando a Parte importadora adotar uma medida que reconhece a equivalência de uma determinada medida sanitária ou fitossanitária, de um grupo de medidas ou de todo um sistema de medidas da Parte exportadora, a Parte importadora deverá comunicar por escrito à Parte exportadora a medida adotada e implementá-la dentro de um prazo razoável.
8. As Partes envolvidas em uma determinação de equivalência que resulte em reconhecimento são incentivadas, se mutuamente acordado, a comunicar o resultado ao Comitê.
9. Se uma determinação de equivalência não resultar em reconhecimento pela Parte importadora, a Parte importadora deverá informar à Parte exportadora o fundamento

---

<sup>2</sup> Nenhuma Parte recorrerá à solução de controvérsias nos termos do Capítulo 28 (Solução de controvérsias) para este subparágrafo.

para essa decisão.

### **Artigo 7.9: Ciência e análise de riscos**

1. As Partes reconhecem a importância de assegurar que suas respectivas medidas sanitárias e fitossanitárias sejam baseadas em princípios científicos.

2. Cada Parte garantirá que suas medidas sanitárias e fitossanitárias cumpram as normas, diretrizes ou recomendações internacionais pertinentes ou, caso suas medidas sanitárias ou fitossanitárias não cumpram as normas, diretrizes ou recomendações internacionais, deverá garantir que tenham como base evidência científica documentada e objetiva que esteja logicamente relacionada às medidas, reconhecendo ao mesmo tempo as obrigações das Partes referentes à avaliação de riscos nos termos do Artigo 5 do Acordo MSF.<sup>3</sup>

3. Ao reconhecer os direitos e as obrigações das Partes nos termos das disposições correspondentes do Acordo MSF, nada neste Capítulo deverá ser interpretado de forma a evitar que uma Parte:

- (a) estabeleça o nível de proteção que considere adequado;
- (b) estabeleça ou mantenha um procedimento de aprovação que exija a realização de uma análise de risco antes que a Parte conceda o acesso de um produto ao seu mercado; ou
- (c) adote ou mantenha uma medida sanitária ou fitossanitária em caráter provisório.

4. Cada Parte deverá:

- (a) garantir que suas medidas sanitárias e fitossanitárias não farão discriminação entre as Partes, de forma arbitrária ou injustificada, quando vigorarem condições idênticas ou similares, inclusive entre seu próprio território e o de outras Partes; e
- (b) realizar sua análise de risco de maneira documentada e que forneça aos interessados e a outras Partes a oportunidade de comentar de maneira a ser determinada pela outra Parte<sup>4</sup>.

5. Cada Parte garantirá que toda avaliação de risco que realizar será adequada às circunstâncias do risco em questão e levará em conta dados científicos razoavelmente disponíveis, inclusive informações qualitativas e quantitativas.

---

3 Nenhuma Parte recorrerá à solução de controvérsias nos termos do Capítulo 28 (Solução de controvérsias) para este parágrafo.

4 Para maior certeza, o parágrafo 4(b) aplica-se apenas a uma análise de riscos para uma medida sanitária ou fitossanitária que constitua uma regulamentação sanitária ou fitossanitária para efeito do Anexo B do Acordo MSF.

6. Ao realizar sua análise de risco, cada Parte deverá:
- (a) levar em conta a orientação pertinente do Comitê MSF da OMC, além das normas, diretrizes e recomendações internacionais.
  - (b) considerar opções de gestão de riscos que não sejam mais restritivas<sup>5</sup> ao comércio que o necessário, inclusive a facilitação do comércio ao não adotar nenhuma medida, para atingir o nível de proteção que a Parte determinou como adequado; e
  - (c) selecionar uma opção de gestão de riscos que não seja mais restritiva que o necessário para atingir o objetivo sanitário ou fitossanitário, levando em conta a viabilidade técnica e econômica.
7. Caso uma Parte importadora exija uma análise de risco para avaliar a solicitação de uma Parte exportadora para autorizar a importação de uma mercadoria da Parte exportadora, a Parte importadora fornecerá, mediante solicitação da Parte exportadora, uma explicação das informações exigidas para a avaliação de riscos. Ao receber da Parte exportadora as informações solicitadas, a Parte importadora deverá se empenhar para facilitar a avaliação do pedido de autorização, programando o trabalho sobre esse pedido de acordo com procedimentos, políticas, recursos, leis e regulamentações da Parte importadora.
8. Mediante solicitação da Parte exportadora, a Parte importadora deverá prestar informações à Parte exportadora sobre o andamento de uma determinada solicitação de análise de riscos e de qualquer atraso que possa ocorrer durante o processo.
9. Se a Parte importadora, como resultado de uma análise de risco, adotar uma medida sanitária ou fitossanitária que permita o início ou a retomada do comércio, a Parte importadora deverá implementar a medida dentro de um prazo razoável.
10. Sem prejuízo do Artigo 7.14 (Medidas emergenciais), nenhuma Parte suspenderá a importação de uma mercadoria de outra Parte apenas porque a Parte importadora está realizando uma revisão de sua medida sanitária ou fitossanitária, se a Parte importadora permitiu a importação dessa mercadoria da outra Parte quando a revisão foi iniciada.

#### **Artigo 7.10: Auditorias<sup>6</sup>**

1. Para determinar a capacidade de uma Parte exportadora de dar as garantias necessárias e cumprir as medidas sanitárias e fitossanitárias da Parte importadora, cada

---

<sup>5</sup> Para efeito dos parágrafos 6(b) e 6(c), uma opção de gestão de riscos não é mais restritiva ao comércio do que o necessário, a menos que haja outra opção razoavelmente disponível, levando em conta a viabilidade técnica e econômica, que atinja o nível adequado de proteção sanitária ou fitossanitária e seja significativamente menos restritiva ao comércio.

<sup>6</sup> Para maior certeza, nada neste Artigo impede uma Parte importadora de realizar a inspeção de uma instalação com a finalidade de determinar se a instalação cumpre os requisitos sanitários ou fitossanitários da Parte importadora ou os requisitos sanitários ou fitossanitários que a Parte importadora determinou como equivalentes a seus requisitos sanitários ou fitossanitários.

Parte importadora terá o direito, nos termos desse Artigo, de auditar as autoridades competentes e os sistemas de inspeção associados ou designados da Parte exportadora. Essa auditoria poderá incluir uma avaliação dos programas de controle das autoridades competentes, inclusive: se adequado, revisões da inspeção e dos programas de auditoria; e inspeções das instalações *in loco*.

2. A auditoria deverá ser fundamentada em sistemas e destinada a verificar a eficácia dos controles regulatórios das autoridades competentes da Parte exportadora.

3. Ao realizar uma auditoria, uma Parte deverá levar em conta a orientação pertinente do Comitê MSF da OMC, além das normas, diretrizes e recomendações internacionais.

4. Antes de iniciar uma auditoria, a Parte importadora e a Parte exportadora envolvidas deverão discutir os fundamentos e decidir sobre: os objetivos e o escopo da auditoria; os critérios e as exigências em relação aos quais a Parte exportadora será avaliada; e o roteiro e os procedimentos para conduzir a auditoria.

5. A Parte que realiza a auditoria dará à Parte auditada a oportunidade de comentar os resultados da auditoria e levará em conta esses comentários antes que a Parte que realiza a auditoria tire suas conclusões e tome alguma providência. A Parte que realiza a auditoria fornecerá um relatório informando suas conclusões por escrito para a Parte auditada dentro de um prazo razoável.

6. A decisão ou providência tomada pela Parte que realiza a auditoria, como resultado da auditoria, será fundamentada em evidências e dados objetivos passíveis de verificação, levando em conta o conhecimento, a experiência pertinente e a confiança que a Parte que realiza a auditoria tem em relação à Parte auditada. Essas evidências e esses dados objetivos deverão ser fornecidos à Parte auditada, mediante solicitação.

7. Os custos incorridos pela Parte que realiza a auditoria deverão ser arcados por essa Parte, salvo se as Partes decidirem de outra forma.

8. A Parte que realiza a auditoria e a Parte auditada deverão garantir que estejam em vigor os procedimentos para evitar a quebra de sigilo de informações confidenciais obtidas durante o processo de auditoria.

#### **Artigo 7.11: Verificações de importação**

1. Cada parte garantirá que seus programas de importação sejam baseados nos riscos associados com importações e que as verificações de importação sejam realizadas sem atrasos indevidos.<sup>7</sup>

2. Uma Parte disponibilizará à outra Parte, mediante solicitação, informações sobre seus procedimentos de importação e as bases para determinar a natureza e a frequência de verificações de importação, inclusive os fatores que leva em consideração para determinar os riscos associados com as importações.

---

<sup>7</sup> Para maior certeza, nada neste Artigo proíbe uma Parte de realizar verificações de importação com o objetivo de obter informações para avaliar risco ou determinar a necessidade de desenvolver ou revisar periodicamente um programa de importação baseado em risco.

3. Uma Parte poderá alterar a frequência de suas verificações de importação com base na experiência adquirida em verificações de importação ou em ações ou discussões previstas neste Capítulo.

4. Uma Parte importadora fornecerá a outra Parte, mediante solicitação, informações sobre os métodos analíticos, controles de qualidade, procedimentos de amostragens e recintos que a Parte importadora utiliza para testar uma mercadoria. A Parte importadora garantirá que todos os testes sejam realizados utilizando métodos adequados e validados em recinto que opere de acordo com um programa de garantia de qualidade compatível com as normas internacionais para laboratórios. A Parte importadora manterá documentação física e eletrônica com relação a identificação, coleta, amostragem, transporte e armazenamento das amostras de teste e aos métodos analíticos utilizados nas amostras de teste.

5. Uma Parte importadora garantirá que sua decisão final em resposta a uma constatação de não conformidade com a medida sanitária ou fitossanitária da Parte seja limitada ao que for razoável e necessário e baseada nos princípios científicos disponíveis.

6. Se uma Parte importadora proibir ou restringir a importação de uma mercadoria de outra Parte com base em um resultado negativo de verificação de importação, a Parte importadora enviará uma notificação sobre o resultado negativo a pelo menos um dos seguintes interessados: o importador ou seu agente; o exportador; o fabricante; ou a Parte exportadora.

7. Ao enviar uma notificação conforme previsto no parágrafo 6, a Parte importadora deverá:

- (a) incluir:
  - (i) o motivo para a proibição ou restrição;
  - (ii) a base jurídica ou a autorização para o ato; e
  - (i) informações sobre o estado das mercadorias afetadas e, se apropriado, sobre o destino dado a essas mercadorias;
- (b) notificar de acordo com suas leis, regulamentos e exigências o mais breve possível e em prazo não superior a sete dias<sup>8</sup> desde a data da decisão de proibir ou restringir, exceto se a mercadoria tiver sido apreendida por uma administração alfandegária; e,
- (c) se a notificação já não tiver sido enviada por outro meio, transmitir a notificação por meio eletrônico, caso seja viável.

8. Uma Parte importadora que proíba ou restrinja a importação de uma mercadoria de outra Parte com base em resultado negativo de uma verificação de importação dará uma oportunidade de revisão da decisão e levará em consideração todas as informações

---

<sup>8</sup> Para efeito deste parágrafo, o termo “dias” não inclui os feriados nacionais da Parte importadora.

pertinentes apresentadas como argumentação na revisão. Convém que o pedido de revisão e as informações sejam apresentados à Parte importadora dentro de um prazo razoável.<sup>9</sup>

9. Se uma Parte importadora constatar que há um padrão significativo, mantido ou recorrente, de não conformidade com uma medida sanitária ou fitossanitária, a Parte importadora notificará a Parte exportadora da não conformidade.

10. Mediante solicitação, uma Parte importadora fornecerá à Parte exportadora informações disponíveis sobre mercadorias da Parte exportadora que não se encontravam em conformidade com uma medida sanitária ou fitossanitária da Parte importadora.

### **Artigo 7.12: Certificação**

1. As Partes reconhecem que garantias com relação a requisitos sanitários ou fitossanitários podem ser fornecidas por outros meios além dos certificados e que sistemas diferentes podem ser capazes atender ao mesmo objetivo sanitário ou fitossanitário. Se uma Parte importadora exigir certificação para o comércio de uma mercadoria, a Parte garantirá que o requisito de certificação seja aplicado, a fim de atender aos objetivos sanitários ou fitossanitários da Parte, unicamente na medida do necessário para proteger a vida ou a saúde humana, animal ou vegetal.

2. Ao aplicar requisitos de certificação, uma Parte importadora levará em conta a orientação correspondente do Comitê MSF da OMC, além de normas, diretrizes e recomendações internacionais.

3. Uma Parte importadora limitará as informações e os atestados que exige nos certificados às informações essenciais relacionadas com os objetivos sanitários ou fitossanitários da Parte importadora.

4. É recomendável que uma Parte importadora forneça a outra Parte, mediante solicitação, as justificativas para quaisquer atestados ou informações que a Parte importadora exige que sejam incluídos em um certificado.

5. As Partes poderão concordar em trabalhar cooperativamente para desenvolver modelos de certificados para acompanhar mercadorias específicas comercializadas entre as Partes, levando em conta a orientação correspondente do Comitê MSF da OMC, bem como as normas, diretrizes e recomendações internacionais.

6. As Partes promoverão a implementação da certificação eletrônica e de outras tecnologias para facilitar o comércio.

### **Artigo 7.13: Transparência<sup>10</sup>**

1. As Partes reconhecem o valor do compartilhamento de informações sobre suas

---

<sup>9</sup> Para maior certeza, nada neste Artigo impede que uma Parte importadora descarte mercadorias nas quais foi encontrado patógeno infeccioso ou praga que, se não forem tomadas providências urgentes, pode se disseminar e causar dano à vida ou à saúde humana, animal ou vegetal no território da Parte.

medidas sanitárias e fitossanitárias em base permanente, bem como a importância de fornecer às pessoas interessadas e às outras Partes oportunidade para comentar suas propostas de medidas sanitárias e fitossanitárias.

2. Ao implementar este Artigo, cada Parte levará em conta a orientação correspondente do Comitê MSF da OMC, bem como as normas, diretrizes e recomendações internacionais.

3. Uma Parte notificará sobre uma proposta de medida sanitária ou fitossanitária que possa afetar o comércio de outra Parte, inclusive qualquer medida que esteja em conformidade com normas, diretrizes ou recomendações internacionais, usando o sistema de notificação do Comitê MSF da OMC para notificar as outras Partes.

4. A menos que surjam, ou ameacem surgir, problemas urgentes com relação à proteção da vida ou da saúde humana, animal ou vegetal, ou que a medida tenha caráter de facilitação do comércio, uma Parte concederá normalmente um período de pelo menos 60 dias para que as pessoas interessadas e as outras Partes apresentem comentários por escrito sobre a medida proposta, depois de enviada a notificação prevista no parágrafo 3. Se viável e adequado, é recomendável que a Parte conceda mais de 60 dias. A Parte deverá considerar qualquer solicitação cabível de pessoa interessada ou de outra Parte para estender o período aberto para comentários. Mediante solicitação de outra Parte, a Parte responderá aos comentários feitos por escrito pela outra Parte de maneira adequada.

5. A Parte colocará à disposição do público, por meios eletrônicos em um diário ou site oficiais, a proposta de medida sanitária ou fitossanitária notificada conforme previsto no parágrafo 3, a base jurídica para a medida e os comentários escritos ou um resumo dos comentários escritos que a Parte recebeu do público sobre a medida.

6. Se uma Parte propuser uma medida sanitária ou fitossanitária que não esteja em conformidade com as normas, diretrizes ou recomendações internacionais, a Parte fornecerá a outra Parte, mediante solicitação e na medida do permitido segundo os requisitos de confidencialidade e privacidade da legislação da Parte, a documentação correspondente considerada pela Parte para desenvolver a medida proposta, inclusive evidência científica documentada e objetiva que esteja logicamente relacionada com a medida, como avaliações de risco, estudos correspondentes e pareceres de especialistas.

7. Uma Parte que propõe a adoção de uma medida sanitária ou fitossanitária deverá discutir com a outra Parte, mediante solicitação e se apropriado e viável, qualquer preocupação científica ou comercial que a outra Parte possa levantar com relação à medida proposta, assim como a possibilidade de abordagens alternativas e menos restritivas ao comércio para alcançar o objetivo da medida.

8. Cada Parte publicará, de preferência por meios eletrônicos, notificações de medidas sanitárias ou fitossanitárias finais em diário ou site oficiais.

9. Cada Parte notificará às outras Partes das medidas sanitárias ou fitossanitárias

---

10 Para maior certeza, este Artigo se aplica exclusivamente a uma medida sanitária ou fitossanitária que constitua uma regulamentação sanitária ou fitossanitária para efeito do Anexo B do Acordo MSF.

finais por meio do sistema de notificação de MSF da OMC. Cada Parte garantirá que o texto ou a notificação de uma medida sanitária ou fitossanitária final especifique a data em que a medida entra em vigor e a base jurídica para a medida. Uma Parte também colocará à disposição de outra Parte, mediante solicitação e na medida do permitido pelos requisitos de confiabilidade e privacidade da legislação da Parte, comentários significativos por escrito e a documentação correspondente considerada como justificativa para a medida recebidos durante o período aberto a comentários.

10. Caso uma medida sanitária ou fitossanitária apresente modificações substantivas em relação à medida proposta, uma Parte incluirá na notificação publicada da medida sanitária ou fitossanitária final uma explicação sobre:

- (a) o objetivo e os fundamentos da medida e como a medida avança esse objetivo e os fundamentos; e
- (b) e quaisquer revisões substantivas que tenham sido feitas na medida proposta.

11. Uma Parte exportadora notificará a Parte importadora por meio dos pontos de contato mencionados no Artigo 7.6 (Autoridades competentes e pontos de contato) em tempo hábil e de forma adequada:

- (a) se ela tem conhecimento de risco sanitário ou fitossanitário significativo com relação à exportação de uma mercadoria do seu território;
- (b) de situações urgentes em que uma alteração no estado de um animal ou planta no território da Parte exportadora possa afetar o comércio existente entre as Partes;
- (c) de alterações significativas no estado de uma praga ou doença regionalizada;
- (d) de novas descobertas científicas importantes que afetem a resposta regulatória com relação a segurança alimentar, pragas ou doenças; e
- (e) de mudanças significativas em segurança alimentar, manejo de pragas ou doenças, políticas ou práticas de controle ou erradicação que possam afetar o comércio existente entre as Partes.

12. Caso seja viável e adequado, é recomendável que uma Parte estabeleça um intervalo superior a seis meses entre a data da publicação da medida sanitária ou fitossanitária final e a data de entrada em vigor dessa medida, a menos que a medida se destine a resolver um problema urgente de proteção à saúde animal ou vegetal ou cujo caráter seja a facilitação do comércio.

13. É recomendável que uma Parte forneça à outra Parte, mediante solicitação, todas as medidas sanitárias ou fitossanitárias relacionadas com a importação de uma mercadoria para o território dessa Parte.

#### **Artigo 7.14: Medidas emergenciais**

1. Se uma Parte adotar uma medida emergencial necessária à proteção da vida ou

da saúde humana, animal ou vegetal, a Parte notificará prontamente as outras Partes dessa medida por meio do principal representante e do ponto de contato correspondente aos quais se refere o Artigo 7.6 (Autoridades competentes e pontos de contato). A Parte que adotar a medida emergencial deverá levar em consideração todas as informações fornecidas pelas outras Partes em resposta à notificação

2. Se uma Parte adotar uma medida emergencial, deverá analisar a base científica dessa medida num prazo de seis meses e disponibilizar os resultados da análise a qualquer Parte mediante solicitação. Se a medida emergencial for mantida após a análise, porque a razão para que seja adotada permanece, é recomendável que a Parte analise a medida periodicamente.

#### **Artigo 7.15: Cooperação**

1. As Partes estudarão oportunidades de maior cooperação, colaboração e troca de informações entre elas sobre questões sanitárias e fitossanitárias de interesse mútuo, de acordo com este Capítulo. Essas oportunidades podem abranger iniciativas de facilitação do comércio e assistência técnica. As Partes deverão cooperar para facilitar a implementação deste Capítulo.

2. As Partes cooperarão e poderão identificar conjuntamente trabalho sobre matérias sanitárias e fitossanitárias com o objetivo de eliminar obstáculos ao comércio entre as Partes.

#### **Artigo 7.16: Troca de informações**

Uma Parte poderá solicitar informações da outra Parte sobre assunto decorrente deste Capítulo. A Parte que receber uma solicitação de informações se empenhará para prestar as informações disponíveis à Parte solicitante em um prazo razoável e, se possível, via meios eletrônicos.

#### **Artigo 7.17: Consultas técnicas cooperativas**

1. Se uma Parte tiver questionamentos sobre qualquer assunto que surja nos termos deste Capítulo para outra Parte, ela se empenhará em resolver o assunto usando procedimentos administrativos que a autoridade competente da outra Parte tenha disponível. Se as Partes em questão tiverem mecanismos bilaterais ou de outro tipo disponíveis para tratar do assunto, a Parte que levantou a questão se empenhará para resolver o assunto usando esses mecanismos, se considerar apropriado fazê-lo. Uma Parte poderá recorrer às Consultas Técnicas Cooperativas (CTC) definidas no parágrafo 2 a qualquer momento em que considere que a continuação do uso dos procedimentos administrativos ou dos mecanismos bilaterais ou de outro tipo não resolveria o assunto.

2. Uma ou mais Partes (Parte solicitante) podem iniciar as CTC com outra Parte (Parte que deve responder) para discutir qualquer assunto que surja nos termos deste Capítulo considerado pela Parte solicitante como passível de afetar negativamente seu comércio por meio de uma solicitação ao principal representante da Parte que deve responder. A solicitação será feita por escrito e identificará o motivo da solicitação, incluindo uma descrição dos questionamentos da Parte sobre o assunto e indicando as disposições deste Capítulo referentes ao assunto.

3. Salvo se acordado de outro modo pela Parte solicitante e a Parte que deve

responder (as Partes em consulta), a Parte que deve responder acusará o recebimento da solicitação por escrito dentro de sete dias a contar da data do recebimento.

4 Salvo se acordado de outro modo pelas Partes em consulta, as Partes em consulta se reunirão dentro de 30 dias a partir da data em que a Parte que deve responder acusou o recebimento da solicitação para discutir o assunto identificado na solicitação, com o intuito de resolver o assunto no prazo de 180 desde a solicitação, se possível. A reunião será presencial ou via meios eletrônicos.

5. As Partes em consulta garantirão a participação apropriada dos órgãos regulatórios e comerciais competentes nas reuniões realizadas de acordo com este Artigo.

6. Todas as comunicações entre as Partes em consulta durante as CTC, bem como todos os documentos gerados pelas CTC, devem ser mantidos confidenciais, salvo se acordado de outro modo entre as Partes e sem prejuízo dos direitos e das obrigações de qualquer Parte nos termos deste Acordo, do Acordo da OMC ou de qualquer outro acordo internacional do qual sejam Parte.

7 A Parte solicitante poderá encerrar os procedimentos de CTC nos termos deste Artigo e recorrer à solução de controvérsias nos termos do Capítulo 28 (Solução de controvérsias) se:

- (a) a reunião a qual se refere o parágrafo 4 não se realize no prazo de 37 dias a partir da data da solicitação, ou dentro de outro prazo que as Partes em consulta podem acordar conforme previsto nos parágrafos 3 e 4; ou
- (b) a reunião a qual se refere o parágrafo 4 tenha sido realizada.

8. Nenhuma Parte recorrerá à solução de controvérsias prevista no Capítulo 28 (Solução de controvérsias) para um assunto que surja deste Capítulo sem antes procurar resolver o assunto por meio de CTC conforme previsto neste Artigo.

#### **Artigo 7.18: Solução de controvérsias**

1. Exceto se previsto de outro modo neste Capítulo, o Capítulo 28 (Solução de controvérsias) se aplicará a este Capítulo, sujeito ao seguinte:

- (a) com relação ao Artigo 7.8 (Equivalência), ao Artigo 7.10 (Auditorias) e ao Artigo 7.11 (Verificações de Importação), o Capítulo 28 (Solução de controvérsias) se aplicará com relação a uma Parte a partir de um ano a contar da data de entrada em vigor deste Acordo para essa Parte; e
- (b) com relação ao Artigo 7.9 (Ciência e análise de risco), o Capítulo 28 (Solução de controvérsias) se aplicará com respeito a uma Parte que deve responder após dois anos da data de entrada em vigor deste Acordo para essa Parte; e

3. Em uma controvérsia nos termos deste Capítulo que envolva questões científicas ou técnicas, é recomendável que uma banca julgadora busque o

aconselhamento de especialistas a serem escolhidos pela banca julgadora em consulta com as Partes envolvidas na controvérsia. Para essa finalidade, a banca julgadora poderá, caso considere adequado, criar um grupo consultivo de especialistas técnicos ou consultar as correspondentes organizações normativas internacionais, mediante a solicitação de qualquer das Partes na controvérsia ou por iniciativa própria.